

Caminhar para conservar (com geração de renda)

Categories : [Pedro da Cunha e Menezes](#)

A conservação no Brasil vive um momento em que o uso público, finalmente, começa a ser visto também como um instrumento de preservação da natureza. Se bem manejadas, as atividades de visitação se assentam sobre três pilares principais: (1) geração de emprego e renda; (2) recreação em contato com a natureza e (3) ferramenta de conservação. Ao redor do planeta, um equipamento que se assenta sobre esses três pilares tem sido cada vez mais usado nas políticas públicas de conservação da natureza: a Trilha de Longo Curso.

Concebidas nos Estados Unidos no início da década de 1920, com desenho linear e um viés pronunciado de recreação, aos poucos também foi reconhecido seu valor como conectores de paisagem que permitem o fluxo gênico entre unidades de conservação. Assim, a partir de 1968, as Trilhas de Longo Curso foram incorporadas no sistema nacional de áreas protegidas norte-americanas e começaram a se expandir para outros países. Ao chegar na Europa, o conceito rapidamente incorporou forte componente de geração de emprego e renda.

No velho continente, o traçado das trilhas de longo curso foi pensado para atravessar ou tangenciar vilas e povoados rurais, estimulando o estabelecimento de albergues e pousadas, restaurantes, armazéns de produtos alimentícios e lojas de equipamentos de montanha.

Logo, contudo, verificou-se que trilhas de mais de 1.000 quilômetros têm grande apelo de *marketing*, mas pequeno potencial de geração de emprego e renda, pois a grande maioria dos caminhantes opta por jornadas cuja duração cabe em seu período de férias. Pesquisa realizada na Austrália em 2014 verificou que 56% dos caminhantes de longa distância dormem apenas uma noite na trilha, caminhando, em média, 31 km em dois dias (normalmente um fim de semana). Por outro lado, 35% pernoitam entre 3 e 20 noites, percorrendo um máximo de 201 km por caminhada. Somente 8,5% caminham mais de 13 dias. A distância média diária das caminhadas mais longas é de 18 km. A mesma pesquisa verificou que 75% dos que dormem apenas uma noite o fazem em barracas, enquanto nas caminhadas mais longas 74% dos caminhantes pernoitam pelo menos uma vez em pousadas, hotéis, *glampings* ou abrigos. Segundo a pesquisa, o gasto médio diário desses caminhantes foi equivalente a R\$ 126.

Os dados obtidos na Austrália há muito tempo já são empiricamente conhecidos na Europa, onde o Sistema Europeu de Trilhas de Longo Curso, denominadas “E”, conta com doze rotas internacionais (E1 a E12), que juntas somam 55.000 km. Cada “E” tem mais de 3.000 quilômetros que mantêm ao longo de seu traçado a padronização da sinalização e manejo. Cada uma delas, entretanto, se subdivide em trechos menores, sendo formada pela soma de várias trilhas de longo curso regionais, com governança e estratégias de marketing e geração de emprego e renda

próprias, em uma sequência na qual o fim de uma trilha regional coincide com o início da trilha regional subsequente.

Assim, o West Highland Way, na Escócia, com 154 km, é uma trilha de longo curso regional muito procurada pelos habitantes do Reino Unido, mas também é um trecho da E2. O mesmo ocorre com o Caminho dos Pescadores da Rota Vicentina, com 125 km, e o Caminho Português de Santiago, cujos 150 km são projetados para serem percorridos em cinco dias. Ambas fazem parte do Caminho do Litoral Europeu, ou E 9, cujos 5.000 km ligam o Cabo de São Vicente a Narva-Joessu, na Estônia.

As trilhas regionais atraem grande público e geram emprego e renda sem concentração em apenas uma localidade. O West Highland Way, por exemplo, pode ser feito de forma rústica, carregando comida e barraca nas costas todo o tempo (mas ainda assim pagando uma taxa para pernoitar em áreas de acampamento que são todas privadas ou concessionadas) ou, no outro extremo, com conforto, dormindo todas as noites em uma cama macia, após um jantar requintado.

Antes mesmo de sair de casa é possível contratar pela internet *transfer* no aeroporto, quarto individual, chuveiro quente e refeição gourmet em cada pernoite, além de um serviço que leva a bagagem do caminhante de pousada em pousada, permitindo que a jornada seja inteiramente feita apenas com uma mochilinha de ataque às costas. Por fim, apesar das trilhas serem todas sinalizadas, ainda há quem queira a segurança e o saber especializado de um guia. Bons guias trabalham na Europa inteira, pois não são meros mostradores de caminhos, mas vendem a logística e o seu saber específico. Além disso, a sinalização permite a um guia habilitado conduzir seu grupo até mesmo em trilhas onde nunca esteve.

A boa notícia é que substancial parte do público de caminhadas está em idade financeiramente saudável. Dados de todas as pessoas que completaram o Caminho de Santiago em 2017 mostram que 57% dos caminhantes tinham entre 30 e 59 anos de idade e 29% mais de 60 anos, faixas etárias que tendem a contratar mais serviços associados ao conforto. Note-se que, naquele ano, 5.113 brasileiros, completaram todo o Caminho de Santiago (7º maior público nacional), o que dá uma medida da demanda já existente em nosso país. Com efeito, sabe-se que na Europa significativo percentual dos usuários de trilhas de longo curso é composto de pessoas da terceira idade, ou os “3d”, sigla pela qual são conhecidos, porque dispõem de disposição, dinheiro e disponibilidade. Seu perfil exige maior conforto no transporte, na alimentação e na qualidade da hospedagem, fomentando portanto, a criação de um mercado de serviços especializado para atender à demanda.

Baseado nesse aprendizado, o Sistema Brasileiro de Trilhas optou por estimular a criação de Trilhas de Longo Curso regionais com identidade, governança e estratégia de geração de emprego e renda próprias. Cada uma delas podendo ser percorrida, idealmente, em períodos de (1) até 5 dias; (2) até 13 dias e (3) até 25 dias, pois são espaços de tempo que cabem nos

diferentes períodos de férias, permitindo ao ecoturista voltar para casa com a sensação de ter atingido o objetivo de completar a totalidade de uma trilha.

Assim, o planejamento está sendo feito para que uma Trilha de Longo Curso Nacional, a exemplo da Trilha Oiapoque x Chuí, seja constituída pela soma de várias trilhas regionais em que o final de uma coincide com o início da seguinte. No total, uma trilha de longo curso nacional deve ser composta por um cardápio variado de opções que pode caber em férias de um mês, como a Trilha Transmantequeira ou o Caminho das Araucárias (entre Canela e o Parque Nacional de São Joaquim), ou em um período de férias de duas semanas, tal como a Trilha Transcarioca (12 dias de caminhada) e a Rota dos Faróis, ou ainda em um período inferior a uma semana, como a Rota Darwin, os Caminhos da Serra do Mar (6 dias) ou as já consolidadas voltas da Juatinga e da Ilha Grande. A mesma estratégia vale para o Caminho dos Goyases, liderado pelo governo de Goiás e composto pela soma de três trilhas regionais, cujo primeiro trecho, [o Caminho de Cora Coralina](#), com 302 km entre Goiás Velho e Corumbá de Goiás, já está totalmente sinalizado.

A estratégia induz a uma fidelização do caminhante, que tende a separar a cada ano diferentes períodos de suas férias, completando em cada uma delas uma trilha regional diferente, com o objetivo final de, ao longo do tempo, terminar a Trilha Nacional inteira, mas tendo objetivos intermediários claros que lhe dão um sentimento de missão cumprida a cada caminhada anual. Para os estudiosos do tema, trata-se de prover ao cliente uma sensação de vitória, similar àquela de uma criança que vai completando a cada dia uma página diferente de um álbum de figurinhas. Mais do que isso, a estratégia também permite que a Trilha de Longo Curso Nacional seja completada de forma que os diferentes trechos possam ser caminhados de forma aleatória sem uma ordem estrita, mas respondendo à disponibilidade de tempo e de oportunidades dos clientes. A maioria das pessoas que hoje completam as grandes trilhas de longo curso do mundo, a exemplo da Appalachian Trail, o fazem dessa forma. Esses caminhantes são conhecidos como *section hikers*.

Uma vez estabelecidos os percursos de forma a caberem no tempo que os clientes têm disponível, aparece a necessidade de serviços de apoio, que vão muito além da guiagem e incluem estabelecimentos de alimentação e hospedagem, aluguel e transporte de equipamentos para aqueles que preferem caminhar sem carregar um grande peso às costas, serviços de logística de acampamentos e *transfer* entre aeroportos e a trilha, entre outros.

Enquanto governos, ONGs e grupos de voluntários implementam e fazem a manutenção dos traçados, como bem mostra o exemplo da Rota Vicentina em Portugal, uma trilha de longo curso dificilmente é bem sucedida sem a participação organizada de pequenos e médios empreendedores. O sucesso da Trilha lusitana veio quando um grupo de pequenos e médios empresários da região da Costa Vicentina se juntou para pensar onde deveriam ser os locais de pernoite e alimentação, organizando um sistema de transporte de bagagem entre cada pousada, e providenciando informações completas de alimentação, *transfer* e aluguel de equipamentos. Hoje,

menos de dez anos depois de criada, a Rota Vicentina é reconhecida como uma das trilhas de longo curso mais bem sucedidas da Europa.

Aqui no Brasil, as travessias estruturadas que temos na Serra dos Órgãos, Itatiaia e Veadeiros sofrem com permanente *overbooking*. A demanda está claramente posta. Para supri-la, nos últimos 20 meses, voluntários, ICMBio, Ministério do Turismo, Governos de Goiás e Rio Grande do Sul, bem como instituições gestoras de Parques Estaduais e Municipais deram início ao ambicioso projeto de criar um Sistema Brasileiro de Trilhas de Longo Curso. No período já se estruturaram várias trilhas regionais como o Caminho da Serra do Mar, a Transcarioca, o Caminho de Cora, o Caminho das Araucárias, a Trilha Chico Mendes e a Transmantiqueira. Juntos esses caminhos já somam 1800 km de trilhas sinalizadas, que já estão sendo percorridas pelos primeiros grupos de aventureiros e exploradores. Para que sejam democratizadas, contudo, falta ainda quem identifique, inventarie, organize e estimule a criação de uma estrutura de hospedagem, transporte e logística. Nem governo, nem voluntários sabem fazer isso.

Para começar a preencher essa lacuna, o ICMBio esteve mês passado reunido com a Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura e com o próprio Ministério do Turismo. A ideia é replicar em todo o Sistema Brasileiro de Trilhas de Longo Curso as parcerias bem sucedidas já existentes com as Secretarias de Turismo de Goiás e Acre, respectivamente no Caminho dos Goyases e na Trilha Chico Mendes, e com a Associação Carioca de Turismo de Aventura, ACTA, na Trilha Transcarioca. Trata-se de ir além da sinalização e começar a criar no Sistema a rede de serviços de apoio necessária a uma boa experiência de caminhada longa.

Os contatos estão feitos e as necessidades identificadas. Agora é uma questão de juntos colocarmos nossas mãos, ou melhor, pés à obra!

Leia Também

<https://www.oeco.org.br/reportagens/conservacao-e-turismo-caminham-juntos-nas-grandes-trilhas/>

<https://www.oeco.org.br/colunas/pedro-da-cunha-e-menezes/o-aprendizado-brasileiro-das-trilhas-de-longo-curso-no-mundo/>

<https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/video-pra-que-criar-um-sistema-brasileiro-de-trilhas-de-longo-curso-por-pedro-da-cunha-e-menezes/>